

A HISTÓRIA É UMA FICÇÃO CONTROLADA – A FRELIMO E A LITERATURA
MOÇAMBICANACamila Lobato Rajão¹

Resumo: Os discursos políticos oficiais da FRELIMO abordados neste trabalho atuam no contexto social moçambicano das décadas de 1970 e 1980, estabelecendo o que faria parte do comum partilhado entre os cidadãos moçambicanos e o que estaria segregado ou excluído deste comum que aqui entendemos ser a construção da nação e da identidade nacional. Para além dos elementos em disputa, estes discursos versam ainda sobre quem poderia fazer parte e principalmente quem poderia falar em nome da nação. Revelando ser a linguagem campo fértil essencial para o desenvolvimento de disputas a respeito da conquista e manutenção do poder e da legitimidade dos porta-vozes de um grupo.

Palavras-chave: Literatura, Moçambique, História

“Regressa hoje, à sua Pátria livre e independente, como herói do Povo moçambicano, do Rovuma ao Maputo.” (TEMPO, 1995, p.23) Saudava o presidente Samora Machel ao Leão de Gaza.

Em 23 de junho de 1985, retornavam à Maputo o que se acreditava ser os restos mortais de Ngungunhane, quem governou em fins do século XIX parte do território de Moçambique, antiga colônia portuguesa, que se transformaria décadas mais tarde na nação independente moçambicana.

O soberano havia sido preso e deportado por tropas portuguesas em 1896, após inúmeras investidas diplomáticas e militares do governo colonial interessado na ocupação efetiva da parte interiorana de Moçambique e na conquista de uma das principais resistências no sul do continente africano ao projeto colonial europeu.

Sua queda assinalou a tomada do poder da colônia de Moçambique pelos portugueses que anteriormente dominavam sobretudo as partes litorâneas do território. A partir deste fato, as raízes do projeto colonial português se aprofundaram, consolidando as bases da estrutura da exploração colonial moçambicana, que iria perdurar até 1975. Este é um dos motivos pelos quais, a figura do chefe *nguni* se tornou central tanto para as narrativas da história colonial portuguesa, quanto da resistência africana ao colonialismo. A utilização de sua imagem também é fundamental para as narrativas nacionalistas que

¹ Graduada em História pela UFMG e mestrando em Estudos de Linguagens (CEFET-MG). Contato: camilarajao@gmail.com

disputavam a tessitura das formas de identidades e de nação moçambicanas durante a guerra de libertação e após a independência.

A construção da história sobre um fato, uma personalidade ou uma nação perpassa disputas entre a seleção dos elementos mobilizados para serem parte integrante do discurso produzido. O processo de produção dos discursos históricos inclui os espaços em que os embates tomam palco e os atores envolvidos. Estes disputam sua legitimidade, o reconhecimento de suas falas e suas posições como enunciadores representantes de grupos. Todas estas partes integram o fazer historiográfico, atividade não exclusiva dos historiadores. Dentro do processo de produção dos discursos históricos sobre Moçambique, no período pós independência, podemos analisar o caso específico da mobilização da memória de Ngungunhane para a construção do panteão de heróis nacionais moçambicanos², conduzida pela FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique, principalmente no decorrer da década de 1980. Para tanto, iremos abordar o contexto da cerimônia comemorativa do retorno dos restos mortais do imperador de Gaza ao país e o discurso proferido pelo então presidente moçambicano durante o evento.

A jornada para o regresso dos restos mortais, que se encontravam supostamente enterrados na Ilha Terceira dos Açores desde 1906, ano de sua morte, começou em 1983 durante a visita do presidente moçambicano a Portugal. Nesta ocasião, solicitou ao presidente português Rodrigo Eanes que os restos mortais de Ngungunhane, de seu filho herdeiro Godide, de seu tio Malungo e do régulo Zinaxixe pudessem ser trasladados dos Açores para Maputo. A urna funerária contendo o solo em que o corpo do soberano havia sido enterrado desembarca, trazida de avião, na capital moçambicana em 15 de junho de 1985. A urna, segundo Maria da Conceição Vilhena (VILHENA, 1999, p. 299), era feita de jambirre e chanfuta, árvores típicas de Moçambique, media 2,03 m de comprimento e 0,73 m de altura, pesava 225 kg e era esculpida em seu exterior pelo artista moçambicano Paulo Come, sob a coordenação de Malangantana Valente, com motivos que

² Buscando a construção da identidade nacional, a FRELIMO reprime as identificações aos grupos regionais e estimula a adesão ao conjunto de elementos que constitui a base deste sentimento de pertencimento e unidade nacional: o português como língua oficial, a memória e a história oficial voltadas para a experiência colonial e o processo de luta armada da Guerra de Libertação. É neste conjunto que aparecem as figuras dos heróis nacionais, sendo a tríade central do panteão heroico de Moçambique as figuras de Ngungunhane, Eduardo Mondlane e Samora Machel. A imagem destes personagens históricos é trabalhada com o intuito de criar os sentimentos de orgulho e identificação à nação moçambicana, na medida em que a Frente se coloca como a herdeira e sucessora dos indivíduos citados.

comemoravam os aspectos políticos, militares e sociais da vida da personalidade histórica.

Para a recepção da urna funerária foram organizadas uma série de festividades: o cortejo fúnebre que percorreu o caminho ao longo do aeroporto até a sede do Conselho Executivo em Maputo e a cerimônia de recepção dos restos mortais na sede do Conselho. As formas como se configuraram estes eventos possuem elementos dramáticos em espetáculo quase teatral, transformando as ruas da capital moçambicana em palco, a história de Ngungunhane e de Moçambique em enredo em construção e as pessoas que assistiam a passagem da procissão em atores.

A noção de teatro que utilizamos aqui é uma noção crítica da teoria platoniana, em que o teatro é considerado como uma forma de constituição estética – da constituição sensível – da coletividade. (...) O teatro é uma assembleia na qual as pessoas do povo tomam consciência de sua natureza de assembleia ou de cerimônia da comunidade. (RANCIERE, 2017, p. 11) O teatro é ainda um dos responsáveis por ensinar os espectadores a se transformarem em agentes da prática coletiva, conscientes de sua situação social para a partir de então poderem transformá-la.

“Ngungunhane regressa” era uma frase como que algo de mágico, pronunciada de boca em boca, cantada pelos inúmeros grupos culturais que fizeram da solenidade uma festa, jornada de afirmação de identidade. (TEMPO, 1985, p 15)

A medida da extensão da consciência individual dos espectadores, o ângulo da percepção da situação social e os sentidos da comunidade que se constituía, entretanto, pode ser questionada quando analisamos as diversas disputas do sensível partilhado pelos moçambicanos neste dado contexto histórico.

O eco das canções e danças que subia do lado de fora do recinto do aeroporto, das gargantas de centenas, ganhava corpo e continuidade no interior onde outros artistas dispostos e semicírculo à volta da placa onde se encontrava estacionado o avião se revezavam, cantando, dançando e declamando motivos que foram da vida do regressado. Dentre estes, destacava-se, pela sua presença serena e cadência lenta, reflectida, um grupo de anciãos com vestes da época que executavam as danças guerreiras que foram as que cada integrante do exército do “Leão de Gaza” cantava e dançava, narrando os seus feitos na longa saga contra o usurpador colonial. (TEMPO, 1985, p 16)

O formato rígido que assume parte do evento, estruturado a partir dos ritos militares conduzidos pelo exército, consagrando a figura de quem seria o mais antigo herói nacional a partir de apenas um ponto de vista marcado, sugere pouco espaço para a emancipação dos espectadores, na medida em que restringe as possibilidades de interação

e apropriação crítica do conteúdo exibido. Ponto de vista controlado inclusive nas manifestações artísticas exibidas ao longo da cerimônia.

A urna, aos ombros de doze militares em passo de cerimonia, percorreu no meio da solenidade escassas dezenas de metros, até ser depositada frente ao Chefe de Estado. Enquanto a bandeira das FPLM executava, em cadência lenta, o Hino Nacional, o ar era abalado por uma sucessão de salvas de artilharia, a atmosfera sucumbia ao peso do silêncio. (TEMPO, 1985, p 15)

O espetáculo permite a tomada de consciência daqueles que observam para a comunidade que se pretende formar, porém, não viabiliza o questionamento das bases dessa comunidade, do seu funcionamento, representantes e integrantes. O que também dificulta a reflexão crítica a cerca de si mesmo, do seu papel como indivíduo e de sua ação frente a comunidade.

Toda mobilização foi descrita pela revista Tempo como evento que contou com intensa, entusiasta e genuína participação popular, como podemos observar nos trechos abaixo:

Foram enches de gente diversa as que no passado sábado, dia 15, formavam um verdadeiro cortejo à beirada das estradas, gente vinda de pontos uns distantes outros menos, mas irmanados no comum sentimento de honrar aquele que, tendo partido a “ferros” – palavras do Presidente Samora Machel – para o cativo, já lá vai cerca de um século, regressava Herói para o solo da Pátria libertada por homens que, a seu exemplo, não deixaram jamais esmorecer o seu sentimento de dignidade, de soberania. (TEMPO, 1985, p 16)

A descrição realizada pela Revista Tempo e também o discurso de Samora Machel buscam mobilizar e controlar o *ethos* discursivo projetando a representação do presidente como o detentor do poder político do país e herdeiro do legado da resistência *nguni* na luta pela liberdade. Esta operação é realizada por meio da correspondência entre a memória, os feitos e os valores de Ngungunhane e o mesmos elementos em seus sucessores, sendo um deles o próprio enunciador do discurso durante a cerimônia.

Um dos primeiros elementos de correspondência estabelecidos no discurso entre as duas figuras que podemos abordar é coincidência das posições ocupadas pelos dois chefes moçambicanos em questão, ambos são governantes políticos, no Império de Gaza ou no país de Moçambique. Em seguida, são chefes militares consagrados pelas experiências vividas e vitoriosas, ocupando a frente de seus exércitos não apenas na organização estratégica, mas também nos campos de batalhas, sendo admirados tanto como chefes como guerreiro e soldado. Podemos incluir a habilidade diplomática que se

faz presente nas duas personalidades, como negociantes persuasivos e perspicazes mesmo lidando com aqueles por eles elencados como inimigos.

Os elementos em destaque apontados acima podem ser identificados no ato da enunciação do presidente durante a cerimônia e fazem parte do *ethos* retórico que busca a legitimação e o reconhecimento pelo público presente na festividade e por toda população na medida em que este discurso também foi feito para ser veiculado na imprensa moçambicana. O *ethos* de um discurso, entretanto opera na maioria das vezes de forma indireta e ideológica. Como nos diz Maingueneau, o *ethos* se mostra no ato de enunciação, ele não é dito no enunciado. Ele permanece, por sua natureza, no segundo plano da enunciação, ele deve ser percebido, mas não deve ser o objeto do discurso. (MANGUINEAU, 2011, p. 14)

Para tanto, o *ethos* pode acionar componentes exteriores ao conteúdo da fala que se dão durante a performance do discurso, como exemplo, o tom de voz, o fluxo da oratória, os acentos e sotaques, os gestos, as expressões faciais e a indumentária. A adoção da farda, exibida com suas inúmeras insígnias e medalhas militares, pelo presidente Samora durante a cerimônia nos atenta para a intenção de reforçar a autoridade, a hierarquia e a disciplina exercidas por ele como ocupante do mais alto cargo do executivo, mas também do exército moçambicano. A farda pode ser vista ainda como elo que o une no presente à figura do soberano *nguni* que no passado foi um dos maiores chefes militares do sul do continente africano a se opor aos colonialistas europeus, negociando, e intimidando com habilidade portugueses e britânicos, ora por meio da diplomacia, ora por meio de movimentações e batalhas de seu exército.

A referência aos símbolos militares reiterada de diversas formas, seja pelo uso da farda ou pelo elogio de virtudes como a coragem e a disciplina, além da listagem das qualidades guerreiras do Leão de Gaza se torna ainda mais significativa quando posta à luz do contexto histórico da época, em que Moçambique atravessava uma Guerra Civil iniciada no ano de 1977 que duraria até 1992. Nesta guerra, a FRELIMO detentora do poder político do país após a independência era contestada pela RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana iniciando uma série de conflitos para o controle de regiões do território. A RENAMO era acusada de representar e ser financiada por interesses de dominação estrangeira principalmente do governo da África do Sul sob Moçambique.

A questão da liberdade aparece então como um dos pilares principais do discurso proferido durante o evento. Como podemos observar no trecho que virá a seguir, Ngungunhane é evocado como um dos primeiros grandes defensores da liberdade da pátria, embora não houvesse ainda tal noção estruturada de um nacionalismo moçambicano, ele naquele momento era imperador de Gaza e não de Moçambique que somente tomará a forma de país com a experiência da dominação colonial e a luta pela independência. Apesar do anacronismo presente no discurso acerca do nacionalismo moçambicano, o soberano *nguni* é visto como a primeira grande figura da história de Moçambique a se opor às formas de exploração e dominação colonial portuguesas e inglesas ao sul da África.

De Cabo Delgado ao Maputo, em Nampula como em Inhambane, no Niassa, em Sofala, em Manica ou na Zambézia, em Tete como em Gaza, esses homens souberam, ao longo dos séculos, dizer NÃO ao agressor e ocupante estrangeiro.

Lutaram contra eles de armas na mão, e com dignidade souberam sofrer torturas e morreram em nome da Liberdade.

[...] O seu exemplo de coragem, de luta, de resistência permanente, ensinou-nos a amar melhor a liberdade e a desejar morrer por ela, para que o nosso povo fosse livre.

O espírito dessa geração de resistentes à ocupação acompanhou-nos quando, em 1962, fundamos a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), inspirou-nos em 1964 ao darmos os primeiros tiros do combate libertador, vibrou conosco a emoção da independência do 25 de Julho e hoje, celebra conosco a primeira década da nossa liberdade.

Mdungaz Ngungunhane foi um desses homens. (TEMPO, 1985, p. 23)

A luta deste personagem pela liberdade do “povo moçambicano”, caracterizada com elementos positivos como dignidade, glória, resistência e coragem é vista como o marco inicial das lutas contra qualquer tipo de dominação estrangeira que seriam herdadas pela FRELIMO desde sua fundação e durante toda a Guerra de Libertação (1964-1975) e em seu governo no pós-independência, como evidenciado no trecho do discurso apresentado acima.

Ao lado da liberdade, a defesa pela unidade e soberania do “povo moçambicano” também é evocada como um dos feitos históricos do governante *nguni*,

Em Ngungunhane saudamos o estadista que soube definir a unidade, a soberania e a independência do seu Estado como os valores sagrados e indiscutíveis aos quais se devem submeter todos os outros.

Pela continuidade do Império de Gaza ameaçado pela brutalidade do colonialismo e pelas divisões internas por este fomentadas, ele soube pôr em

prática a concepção de que somente a unidade de todo o povo poderia derrotar o invasor. (TEMPO, 1985, p. 23)

Para analisarmos esta construção discursiva, é interessante trazer o conceito de poder simbólico, elaborado por Pierre Bourdieu, em que se apresenta como um poder invisível, pois não explícito no discurso, que exerce uma força sobre os destinatários da enunciação que em alguma medida precisam reconhecer este poder como legítimo. Uma das maiores forças do exercício do poder simbólico por meio da elaboração dos sistemas simbólicos, os quais utilizamos para apreender, conhecer e nos relacionar com o mundo, é a capacidade disfarce das relações de força existentes ao longo do processo de confecção destes sistemas, seja no campo científico, literário, artístico, religioso, político, etc, em relações de sentido.

Utilizando este referencial teórico, podemos investigar as implicações da utilização das noções de unidade e soberania do Reino de Gaza no discurso do presidente. Ao longo de sua fala, as qualidades positivas do chefe *nguni* são trazidas para o discurso, criando a imagem de um soberano justo, integrador e respeitado não apenas pelo povo *nguni*, porém pelas dezenas de outras etnias que compunham o seu domínio. A diversidade do Império e sua grande extensão de domínio territorial são apresentados como um fator isento de conflitos, trazendo para a cena a ideia do consenso do poder exercido entre todos aqueles que estariam sob sua influência e dominação política. Esta noção de unidade, como podemos observar ao longo do discurso, é fundamental para a constituição de uma resistência forte e significava ao poder colonial português que tentava avançar sobre a região em fins do século XIX.

A partir do estabelecimento no discurso, de um quadro de unidade entre os povos ocupantes de parte do território moçambicano sob a centralidade da figura do imperador de Gaza dentro de um contexto de guerra e lutas contra as investidas coloniais, Samora Machel consegue criar uma analogia implícita entre o contexto histórico descrito e o contexto do momento presente de seu discurso. Moçambique se encontrava como um país recém independente do domínio colonial, fato conquistado por meio da longa luta de libertação que culminou na adoção do conflito armado em guerra que se estendeu durante 11 anos, sendo conduzida pelas forças do exército da FRELIMO. A situação de independência, entretanto, não abolia as querelas pelo poder existentes, pelo contrário, agora tomava forma a disputa entre grupos internos que batalhavam por representar o

“povo moçambicano”. A delimitação desta categoria, de quem faria ou não parte dela, também estava em disputa.

Ao mobilizar o elemento de unidade nacional supostamente promovido pelo Reino de Gaza frente aos inimigos, o presidente coloca a sua personalidade como chefe estadista e a própria FRELIMO como os responsáveis por continuar promovendo a unidade e a paz em Moçambique. Ao fazer isto, tenta legitimar o poder por ele e pela Frente exercido, se colocando como resistência às crescentes tentativas de domínio do poder realizadas pela RENAMO.

O processo de elevação da figura de Ngungunhane ao patamar de herói nacional, entretanto, não teve início com os esforços da FRELIMO, embora tenha sido somente com a ação da Frente, a partir principalmente da década de 1980, que ele pode ser reconhecido por parte da população moçambicana.

Ao longo do processo de heiroficação, o soberano foi perdendo seus contornos negativos e não consensuais nos discursos oficiais. Fernando Bessa Ribeiro (RIBEIRO, 2005, p. 257) nos indica que já em 1914, ele é citado no jornal dos irmãos Albasini, *O Africano*, como o “imperador” responsável pela unificação do sul de Moçambique antes do domínio colonial português. Na década de 1920, são criadas as primeiras vinculações, elaboradas por Aron Mukombo, entre sua figura e a ação dos primeiros nacionalistas moçambicanos. Nos anos 1940, Ngungunhane é evocado em cânticos da Igreja Etiópica Luso-africana que denunciavam a violência do colonialismo, convocando a população para a revolta, nos moldes da resistência liderada pelos *nguni*. Durante a década de 1970, porém, ainda era possível encontrar discursos dentro da própria FRELIMO que não deixavam escondidos os elementos negativos, como o fato de ser considerados por alguns povos um chefe violento, opressor e cruel. Demonstrando que a adoção da posição do herói nacional e suas implicações políticas ainda estavam em disputa dentro da própria FRELIMO. Esta contenda vai perdendo gradativamente a sua força até se apresentar de forma mais consensual durante a década de 1980.

Não somente o conteúdo do discurso de Samora Machel pode servir de matéria de análise para o funcionamento do *ethos* e do poder simbólico³ do seu discurso, podemos

³ O poder simbólico como o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer ignorado como

abordar também toda a cerimônia como um grande ritual instituído pela FRELIMO em ato que oferecia à população a possibilidade de se conectar e se apropriar de um símbolo de luta e união nacional. Participar da cerimônia é participar da vida social da nação moçambicana, é fazer parte desta nação. As palavras do presidente expostas acima invocam o sentimento de unidade quando ele diz que o evento é uma oportunidade de reafirmar *nossa cultura, nossa personalidade, nossa identidade nacional*. Por meio deste discurso, Samora informa aos presentes que eles partilham de algo comum, são todos moçambicanos, atribuindo a cada uma das pessoas que participam uma essência que nas palavras de Bourdieu é o mesmo que impor um direito de ser que é também um dever ser (ou um dever de ser). É *fazer ver* a alguém o que ele é e, ao mesmo tempo, *lhe fazer ver* que tem de se comportar em função de tal identidade (BOURDIEU, 2008, p. 100). Portanto, Samora Machel por meio de seu discurso informa ao povo que participa daquela cerimônia e a quem mesmo de longe poderá se sentir parte desse evento, que são todos moçambicanos. Neste momento, ele pressupõe a existência concreta e objetiva da nação moçambicana e o sentimento de identidade, o que irá reforçar de fato a existência desta nação e deste sentimento.

O campo político e o campo da produção historiográfica oficiais se encontravam delimitados pelas relações de força que legitimavam os interesses e as representações expostas ao longo deste artigo, portanto, é necessário encontrar novos espaços para a contestação deste sistema simbólico. É a partir disto que ainda na década de 1980, a representação de Ngungunhane e os rumos políticos do país são questionados por intelectuais e literatos. Como o espaço para a crítica se encontrava fechado pelas medidas de repressão do governo da Frente, a literatura se configura como possibilidade de abertura para o debate e para o exercício da alteridade de parte da população excluída do processo de criação da história e da memória moçambicana.

Neste sentido a obra *Ualalapi* se configura como peça importante no processo de embate discursivo e ideológico sobre o questionamento da história oficial segregadora e da construção do mito *nguni*. A crítica elaborada por Khosa faz com que a figura de Ngungunhane ganhe outras dimensões além da resistência à dominação portuguesa. A opressão, a escravização e o massacre de alguns povos, realizadas pelos *nguni*, passam a

arbitrário. [...] O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras. BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989, p. 14-15.

compor sua representação, complexificando as significações que podemos atribuir às representações do soberno, humanizando este personagem e trazendo luz a alguns contornos das contradições da sociedade moçambicana. Esta crítica se estende às ações da FRENTE na medida em que, como demonstramos ao longo do trabalho, a memória do Reino de Gaza é mobilizada dentro do próprio *ethos* discursivo FRELIMO, na voz de seu principal porta-voz, o residente Samora Machel.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Linguísticas: O que Falar Quer Dizer*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008

KHOSA, Ungulani Ba Ka. *Ualalapi*. Maputo: Alcance Editores, 2008.

MANGUINEAU, Dominique. "A noção de *ethos* discursivo". In: *Ethos discursivo*. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. *Ethos discursivo*. 2. ed. São Paulo: SP: Contexto, 2011

RANCIERE, Jaques. *O Espectador Emancipado*. São Paulo: Martins Fontes, 2017

RIBEIRO, Fernando Bessa. *A invenção dos heróis: nação, história e discursos de identidade em Moçambique*. *Etnográfica*, vol. IX (2), 2005

Tempo, Moçambique, Nº 767

VILHENA, Maria da Conceição. *Gungunhana – grandeza e decadência de um império africano*. Lisboa: Edições Colibri, 1999